

CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

111ª Reunião

Data: 05 de setembro de 2023

Reunião realizada por videoconferência através do aplicativo Teams.

Lista de Presença

Membros da Câmara de Compensação Ambiental

Composição	Nome	Presença
Subsecretário de Meio Ambiente	Jônatas Souza da Trindade	P
Representante SEMIL	Claudia Sorge	P
Representante SEMIL	Natália Micossi da Cruz	P
Representante SEMIL	Neide Araújo	P
Representante CETESB	Iracy Xavier da Silva	P
Representante CONSEMA	Daniel Smolentzov	P
Representante Sociedade Civil	Francisco de Godoy Bueno	-
Representante Sociedade Civil	Ricardo Rodrigues	P

Secretaria Executiva da Câmara de Compensação Ambiental

Composição	Nome	Presença
Secretário Executivo CCA	Alexandre Uehara	P
Oficial Administrativo	Egle Corabi	P

Participantes da Reunião

Instituição	Nome
Fundação Florestal	Rodrigo Levkovicz
Fundação Florestal	Nanci Cortazzo Mendes
Fundação Florestal	Isaias Jose de Oliveira Filho
Fundação Florestal	Alexandre Marques Oliveira
Fundação Florestal	Danilo Angelucci de Amorim
Fundação Florestal	Diego Hernandes Rodrigues Laranja
Fundação Florestal	Edson Montilha de Oliveira
Fundação Florestal	Gustave Gilles Lopez
Fundação Florestal	Lucila Manzatti
Fundação Florestal	Olivia Leopardi M. de Goes e Vasconcellos
Fundação Florestal	Tatiana Y Ashino
Instituto de Pesquisas Ambientais	Marco Aurélio Nalon
Instituto de Pesquisas Ambientais	Valeria Augusta Garcia
Instituto de Pesquisas Ambientais	Andrea Soares Pires
Coord. de Parques e Parcerias	Ana Lucia Santana Seabra
Coord. de Parques e Parcerias	Antonia Glebizeide Carneiro da Silva
SEMIL	Elisabete Cristina Kono
Soluções Multiplataformas	Mayara Rodrigues da S. Nascimento

RESUMO DA REUNIÃO

1. APROVAÇÃO ATA DA 110ª REUNIÃO CCA

A Ata da 110ª Reunião foi aprovada pela CCA

2. INFORMES

2.1. Informe sobre a destinação de recursos do Fundo Especial de Despesa para Preservação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais – FPBRN, em cumprimento às deliberações da 110ª Reunião:

2.1.1. Solicitação da Coordenadoria de Parques e Parcerias – CPP para complementação de recursos para o plano de trabalho “**Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins, Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade de Conservação do Parque Alberto Löfgren**” no valor total de R\$ 1.068.040,03 pelo período de maio a novembro /2023.

- Metrô Linha 5 - Lilás – Proc 816/2008 - R\$ 1.068.040,03.

2.1.2 Solicitação da Fundação Florestal para recursos complementares para o Plano de trabalho “**Vigilância e Segurança nas Unidades de Conservação**”, no valor total de R\$ 16.149.921,00, junho a dezembro/2023 – 160 Postos de fiscalização + 59 Monitores da Biodiversidade.

- Rodovia Marechal Rondon SP300 – duplicação Trecho km 155+345 ao km 157+400 – Proc SMA nº 13.653/2001 – R\$ 25.532,63;
- Usina Cerradinho – Unidade Potirendaba – Proc SMA nº 13.651/2007 – R\$ 159.162,00;
- Aeroporto de Viracopos – Proc SMA nº 13.784/2000 – R\$ 877.295,76;
- Loteamento Residencial 3 Pontes Atibaia – Proc SMA nº 13.636/2005 – R\$ 24.810,61;
- Usina Noble/ Noroeste Paulista – Proc SMA nº 1.097/2009 – R\$ 314.156,25;
- Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas – Proc SMA nº 208/2010 – R\$ 1.884.146,00;
- Prolongamento Rodovia José Roberto Magalhães Teixeira – SP 083 – Proc SMA nº 100/2012 – R\$ 45.521,25;
- Lote C do Linhão Madeira – Proc IBAMA nº 02001.003920/2011-66 – R\$ 88.643,00;
- Gasoduto Caraguatatuba – Taubaté (GASTAU) – Proc IBAMA nº 02001.005436/2005-23 – R\$ 104.296,00;
- Terminal Portuário BTP – Proc IBAMA nº 02027.003901/2007-65 – R\$ 555.485,00;
- Duplicação BR 116/SP – Serra do Cafezal – Proc IBAMA nº 02001.003376/98-04 – R\$ 1.582.584,00;
- Loteamento Residenciais Quintas do Golfe 2 e 4 – Proc SMA nº 155/2011 – R\$ 11.075,75;
- PCH Braço – Proc IBAMA nº 02001.007602/2002-83 – R\$ 50.591,00;
- Vale Fertilizantes – Proc SMA nº 13.623/2003 – R\$ 545.276,12;
- Teste de Longa Duração na Área de Tupi – MB-S11 – Bacia de Santos – Proc IBAMA nº 02001.003881/2015-21 – R\$ 174.623,28;

- Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal (etapa 2) da Bacia de Santos – FPWSO Cidade de Itaguaí – Proc IBAMA nº 02022.002141/2011-03 – R\$ 2.837.970,00;
- LT Itatiba-Batéias – Proc IBAMA nº 02001.000480/2014-38 – R\$ 504.950,04;
- Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal (etapa 2) da Bacia de Santos – FPWSO Cidade de Caraguatatuba – Proc IBAMA nº 02001.105774/2017-06 – R\$ 245.294,00;
- Gasoduto de Lula Extremo sul, Lula Norte e Lula Sul da Etapa 2 do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Proc IBAMA nº 02001.000446/2016-25 – R\$ 150.229,53;
- Ferrovia Norte-Sul, Extensão Sul, Trecho Ouro Verde (GO) - Estrela D'Oeste-Fernandópolis – Proc IBAMA nº 02001.001440/2017-5638 – R\$ 94.517,00;
- Lwarcel Celulose – Proc SMA nº 129/2011 – R\$ 929.704,79;
- Duplicação Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros – SP 333 – Proc SMA nº 81/2018 – R\$ 42.890,21;
- LT 230 kV CD Henry Borden – Manoel da Nóbrega – Proc SMA nº 230/2013 – R\$ 436.325,00;
- Acesso Rod. José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083) à Rodovia Miguel Melhado (SP-324) – Proc SMA nº 25/2016 – R\$ 5.069,75;
- UHE Três Irmãos – Proc SMA nº 7005/1990 – R\$ 515.418,00;
- PDD – Petrobras – Fase 1 – Proc SMA nº 13.853/2006 – R\$ 52.140,00;
- Rendimentos da Compensação Ambiental depositados no FPBRN, conforme art. 10º do Decreto nº 65.486/2021 – R\$ 3.892.214,03.

2.1.3. Plano de Trabalho para “Obra de Contenção, Conservação e Restauro das Ruínas do Antigo Presídio no Parque Estadual Ilha Anchieta”, no valor de R\$ 4.537.316,00 - Fundação Florestal

- Gasoduto de Lula Extremo Sul, Lula Norte e Lula Sul da Etapa 2 do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, Proc IBAMA nº 02001.000446/2016-25 - R\$ 150.229,53;
- Duplicação Rodovia dos Tamoios – Trecho Serra – Prioridades 1,2,3 - proc. SMA nº 98/2011 - R\$ 1.232.153,55;
- Pecuária Serramar – proc. Impacto nº 12/2014 - R\$ 8.783,99;
- Rendimentos da Compensação Ambiental depositados no FPBRN, conforme art. 10º do Decreto nº 65.486/2021 – R\$ 3.146.148,93.

2.1.4. Plano de Trabalho para “Estruturação da Prevenção e Combate a Incêndios Florestais nas UCs da Fundação Florestal que compõem os Polos Regionais da Operação Corta-Fogo – 2023”, no valor de R\$ 7.926.377,91 – Fundação Florestal.

- Usina Cerradinho – Unidade Potirendaba – Proc SMA nº 13.651/2007 – R\$ 415.913,04;
- Aeroporto de Viracopos – Proc SMA nº 13.784/2000 – R\$ 415.913,04;
- Metrô Linha 5 - Lilás – Proc SMA nº 816/2008 – R\$ 1.705.329,43;
- Usina Noble/ Noroeste Paulista – Proc SMA nº 1.097/2009 – R\$ 415.913,04;
- Terminal Hidrorodoviário Anhembi – Proc SMA nº 1.891/2008 – R\$ 415.913,04;
- Lwarcel Celulose – Proc SMA nº 129/2011 – R\$ 2.495.478,20;
- Duplicação Rod SP 255 – Rodovia das Colinas – Trecho 2 – Proc SMA nº 86/2018 – R\$ 415.913,04;
- UHE Três Irmãos – Proc SMA nº 7005/1990 – R\$ 814.179,00;
- Rendimentos da Compensação Ambiental depositados no FPBRN, conforme art. 10º do Decreto nº 65.486/2021 – R\$ 831.826,08.

2.2. Informação sobre a assinatura de novos Termos de Compromisso de Compensação Ambiental:

2.2.1. CA Quinta da Primavera I Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Loteamento Residencial Quinta da Primavera Fase I
Processo Impacto nº 135/2018
Valor: R\$ 192.055,18
TCCA SMA 000000003749/2023
Depositado em 13/04/2023

2.2.2. PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS

Sistema de Produção e Escoamento de Óleo e Gás, no Campo Marlim Leste, Bacia de Campos, Plataforma FPU P-53.
Processo Ibama nº 02022.001299/2003-48;
Valor: R 1.286.703,75
TCCA nº 01/2023 - assinado em 18/07/2023
Depósito no FPBRN em 17/08/2023

2.2.3. EMAIS Ecivitas Alteza Ltda

Loteamento Ecivitas Smart City 1
Processo Impacto nº 232/2018
Valor: R\$ 130.132,40
TCCA nº 08/2023 SMA 00000000 7421/2023 - assinado em 21/08/2023
Depósito em poupança em 22/08/2023.

3. EXPEDIENTE PRELIMINAR

3.1. Solicitação da Coordenadoria de Parques e Parcerias – CPP para complementação de recursos para o plano de trabalho “Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins, Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade de Conservação do Parque Alberto Löfgren” no valor total de R\$ 672.380,92, sendo R\$ 131.336,59 referente ao reajuste Cadterc 2023 e mais R\$ 541.044,39 para o período de dezembro/2023 a fevereiro/2024.

A Coordenadoria de Parques e Parcerias – CPP justificou a presente solicitação informando tratar-se de valor referente a reajuste de contrato, e mais um período de dezembro/2023 a fevereiro/2024. Esclareceu que na última 110ª Reunião CCA foi solicitado e aprovado um recurso que, naquele momento, não contemplava o reajuste de 2023. Então do recurso ora solicitado, R\$ 131.36,59 referem-se ao reajuste de janeiro até novembro, e os demais R\$ 541.044,39 serão para cumprir as obrigações contratuais a partir de dezembro até fevereiro do próximo ano.

O Conselheiro Daniel Smolentzov reforçou o comentário efetuado na Reunião anterior, para que a CPP verifique a possibilidade de utilização de recursos advindos da concessão do PE Alberto Löfgren para essa e outras atividades dessa Unidade de Conservação, desonerando um pouco a Câmara de Compensação Ambiental.

A coordenadora da CPP Ana Seabra informou que os valores recebidos pela concessão do Parque são muito baixos e insuficientes para fazer qualquer composição de valores nesse plano de trabalho; informou que de outros parques urbanos como o Villa-Lobos os valores recebidos de suas concessões são mais expressivos e estão sendo utilizados para a fiscalização daqueles parques.

DELIBERAÇÃO: Após as justificativas apresentadas, a CCA deliberou aprovar a solicitação da CPP de recursos complementares para o Plano de Trabalho “Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Jardins, Limpeza, Asseio e Conservação Predial na Unidade de Conservação do Parque Alberto Löfgren”, no valor de R\$ 672.380,92.

Os recursos necessários para suprir as atividades desse plano de trabalho serão provenientes do FPBRN.

3.2. Solicitação da Fundação Florestal para aprovação da CCA quanto a destinação do saldo existente e dos rendimentos de aplicação financeira do plano de trabalho **“Aquisição de bens e serviços necessários à gestão, monitoramentos e proteção do PE Juquery”** no valor de R\$ 124.212,80, para as aquisições de equipamentos para manutenção preventiva de aceiros na UC, conforme Ofício FF/DE nº 1041/2023 - SEI nº 262.00001806/2023-57.

A equipe da Fundação Florestal ressaltou que esse recurso é referente a plano de trabalho que foi aprovado antes da metodologia atual da CCA, qual seja, a transferência dos recursos ocorre após o empenho e a efetiva realização da despesa. Então, esses recursos são de uma época anterior, na qual havia a aprovação do plano e o recurso era totalmente transferido para a FF. A equipe informou que foram executados 95% do plano com diversas ações, equipamentos que estavam previstos e que restou um valor à época, na casa de R\$ 100 mil, acumulado com o valor de rendimento de aplicação financeira e houve tentativas para transformar esses recursos em uma benfeitoria na área de comunicação, mas a área é muito extensa e não foi possível viabilizar. Desde então a FF vem tratando esses recursos mais antigos, tentando equacioná-los para que não se perca 30% do valor, caso seja devolvido ao Fundo. Por isso a proposta da aquisição dos equipamentos: triturador de vegetação, sopradores, roçadeiras, para efetivamente liquidar o saldo e encerrar esse plano.

DELIBERAÇÃO: Após as justificativas apresentadas, a CCA deliberou aprovar a solicitação da Fundação Florestal para a utilização do saldo existente e dos rendimentos de aplicação financeira do plano de trabalho “Aquisição de bens e serviços necessários à gestão, monitoramentos e proteção do PE Juquery” no valor de R\$ 124.212,80, para as aquisições de equipamentos para manutenção preventiva de aceiros na UC.

3.3. Solicitação da Fundação Florestal para cancelamento do saldo relativo ao plano de trabalho **“Proteção nas Unidades de Conservação - DEJEM”** no valor de R\$ 9.249.167,15, conforme Ofício nº 1095/2023 - FF/DE - SEI nº 262.00002077/2023-56.

A equipe da FF apresentou o histórico desse plano de trabalho, que foi aprovado em 2017 na ordem de R\$ 38.600.000,00 para um período de 2 anos e que dependia da formalização de um convênio entre a Secretaria do Meio Ambiente com a Secretaria de Segurança Pública, a Fundação Florestal e a Polícia. Informou também que no início houve uma preocupação com o volume de recursos destinados para este plano e decidiu-se por uma proposta de utilizar os recursos até o limite de 40% do valor aprovado.



Assim o convênio foi formalizado e iniciou-se a execução da DEJEM em 1º de julho de 2018. Verificou-se que a aceitação por parte dos policiais não foi na frequência do que estava esperado, então a FF fez uma proposta de redução ainda em 2018 de R\$ 13.800.000,00. O convênio foi encerrado em julho de 2022 auferido o saldo de R\$ 9.249.167,00, objeto da presente solicitação de cancelamento.

Foi explicado que o referido saldo não foi transferido para a Fundação, então não haverá o impacto de retenção da DREM, só haverá o retorno desse saldo aos empreendimentos originários.

DELIBERAÇÃO: Após as justificativas apresentadas, a CCA deliberou aprovar a solicitação da Fundação Florestal para o cancelamento do saldo relativo ao plano de trabalho “Proteção nas Unidades de Conservação - DEJEM” no valor de R\$ 9.249.167,15, que deverão ser retornados aos empreendimentos originários destes recursos.

4. PLANOS DE TRABALHO

4.1. Plano de Trabalho para “**Programa de Monitoramento da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Paulistas**”, no valor de R\$ 812.106,50 – Fundação Florestal.

Após a apresentação do plano de trabalho pela equipe da FF, a Conselheira Neide Araújo relatou que o plano, apesar de bem caracterizada a importância e a contribuição na melhoria da gestão, não deixava claro de que maneira esses itens solicitados iriam contribuir aos programas.

A equipe da FF respondeu que o plano de trabalho possibilitará um grande aumento do esforço de campo, aumentando o número de armadilhas fotográficas, até triplicando em algumas Unidades de Conservação. Também possibilitará a ampliação do trabalho em novas áreas como no PE Aguapeí e PE Rio do Peixe, que têm uma espécie ameaçada de cervo, aumentando assim o número de espécies a ser trabalhada. Para os primatas, haverá grande ampliação da área monitorada; Para as aves, serão seis UCs com gravadores autônomos, que será uma abordagem inédita nessas áreas. Esse esforço amostral trará um volume de informação enorme, com bioindicadores eficazes para mostrar as alterações nas áreas protegidas.

O Coordenador da CCA, Jônatas Trindade, sugeriu a compra de pilhas recarregáveis ao invés de pilhas alcalinas, o que foi refutado pela equipe da FF, que justificou que as armadilhas fotográficas não admitem pilhas recarregáveis e que o ideal seria pilhas de lítio, mas inviável, pois o valor seria cinco vezes maior.

Marco Nalon, Coordenador do Instituto de Pesquisas Ambientais, questionou qual é a participação do IPA, que não foi citada em nenhum momento. Afirmou que Andrea é uma pesquisadora no IPA, está aqui apresentando um projeto em nome da Fundação Florestal e o IPA não foi comunicado, consultado ou conversado a respeito do assunto em momento algum. Entende que é importante o trabalho, a participação, mas a forma como está sendo conduzido cria um certo constrangimento de uma ação direta com os pesquisadores. Afirmou que uma conversa poderia até ampliar para outros colegas da área de fauna, a própria Instituição e até com mais parceiros das universidades, uma vez



que o IPA tem esse viés de Instituição de pesquisa e tem essa capacidade de captar mais parceiros, no que está sendo colocado agora.

Rodrigo Levkovicz, Diretor Executivo da Fundação Florestal informou que o convite à Andréa foi feito para outros pesquisadores do IPA, e que não sabia que havia qualquer tipo de oposição. Disse que a Andréa tem uma responsabilidade enorme e trabalhou muito no projeto, que começou em 2019 com o workshop no qual várias pessoas foram convidadas e basicamente isso foi tocado com aqueles que se disponibilizaram a trabalhar. Reforçou que os convites estão abertos, mas que o momento é de aprovação de um plano de trabalho e que essas questões institucionais podem ser discutidas numa reunião apartada. Concluiu que se trata de um programa do Estado, e o que mais se precisa é gente para trabalhar e se tiverem outras pessoas querendo trabalhar, serão muito bem-vindas.

DELIBERAÇÃO: Após as justificativas apresentadas pela Fundação Florestal, a CCA deliberou aprovar o Plano de Trabalho “Programa de Monitoramento da Biodiversidade nas Unidades de Conservação Paulistas”, no valor de R\$ 812.106,50.

Os recursos necessários para suprir as atividades desse plano de trabalho serão provenientes do FPBRN.

Relatoria: Neide Araújo

4.2. Plano de Trabalho para “Recuperação de Fundações e Estrutura no Casarão – Antiga Sede - na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade (FEENA)”, no valor de R\$ 2.005.224,40 – Fundação Florestal

Após a apresentação da FF, a conselheira Claudia Sorge em sua relatoria reforçou que se trata de salvaguarda de um bem público tombado, com as correções em sua estrutura, fundações, pisos, cobertura externa, principalmente da questão da drenagem que é muito séria e que a estrutura está colapsando. Questionou a não previsão de instalação elétrica, pensando no risco de incêndio. Ademais, relata que o plano vai ao encontro do objetivo específico do programa de uso público do plano de manejo, e também prevê realizar estudos, levantamentos, oficinas para elaboração de propostas, revitalização do patrimônio histórico e arquitetônico da FEENA, seus possíveis usos, custos operacionais de restauro, reforma e parcerias potenciais.

Olivia Leopardi da Fundação Florestal respondeu que nesse momento o projeto não prevê revisão da instalação elétrica e não tem risco de incêndio, porque a alimentação do prédio foi cortada. Relembrou que no outro plano de trabalho aprovado pela CCA, já em execução, vai ser feita uma entrada nova de energia com toda a normativa atendida para distribuição interna na FEENA. Então esse plano é exclusivamente daquilo que foi entendido como patologia estrutural e necessária para conter esses riscos no Casarão.

O Diretor Executivo da FF, Rodrigo Levkovicz complementou que esse é um edifício gigante e se não fosse tombado, talvez estivéssemos atuando de uma forma diversa do que está sendo proposto. Informou que infelizmente, a FEENA não foi incluída na lei de concessão, mas há pretensão de encaminhar um projeto de lei para que haja essa inclusão, para que se possa ser feita a concessão dessas áreas e passar o final dessa obra que tem ainda restauro e essa parte estrutural para a iniciativa privada fazer. Reforçou a fala da conselheira Cláudia, de que o plano trata de salvaguarda do bem tombado, mas espera que futuramente maiores investimentos possam e sejam feitos pela iniciativa privada.

O conselheiro Daniel Smolentzov reforçou a preocupação com a futura utilização desse bem. Concordou com o plano de trabalho em fazer essa obra emergencial e após tentar a parceria com a iniciativa privada para que assumam o restante do restauro e uma destinação de uso. Afirmou tratar-se de um patrimônio histórico, muito representativo inserido no contexto da Unidade de Conservação, e, portanto, é uma destinação adequada do recurso da Câmara de Compensação.

O conselheiro Ricardo Rodrigues, pelo chat, solicitou a sua abstenção nessa deliberação.

DELIBERAÇÃO: Após as justificativas apresentadas pela Fundação Florestal, a CCA deliberou aprovar o Plano de Trabalho para Recuperação de Fundações e Estrutura no Casarão – Antiga Sede - na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade”, no valor de R\$ 2.005.224,40. O conselheiro Ricardo Rodrigues se absteve na votação.

Os recursos necessários para suprir as atividades desse plano de trabalho serão provenientes do FPBRN.

Relatoria: Claudia Sorge

4.3. Plano de Trabalho para “Regularização Fundiária - PE Itapetinga”, no valor de R\$ 1.566.527,39 – Fundação Florestal.

O Diretor Executivo da FF, Rodrigo Levkovicz, fez a apresentação do plano de trabalho, informando tratar-se da continuidade de uma desapropriação de um acordo judicial que foi feito pela PGE. A primeira fase dessa regularização fundiária foi feita a partir do pagamento de 90% da terra nua. O plano agora está complementando o valor da terra nua e pagando as benfeitorias também que estão inseridas nessa área. Foram elaborados laudos pelo ITESP, em um processo de acordo judicial conduzido pela PGE. Esclareceu que existiam 2 proprietários da área como um todo e eles não se acertavam aonde começava a área de um e terminava área de outro; fato é que eles chegaram a um acordo e agora a FF consegue adquirir a propriedade como um todo.

DELIBERAÇÃO: Após a apresentação pela Fundação Florestal das justificativas apresentadas, a CCA deliberou aprovar o Plano de Trabalho para “Regularização Fundiária - PE Itapetinga”, no valor de R\$ 1.566.527,39.

Os recursos necessários para suprir as atividades desse plano de trabalho serão provenientes do FPBRN.

Relatoria: Natália Micossi da Cruz

4.4. Plano de Trabalho para “Revisão e Expansão do Projeto Mar Sem Lixo nas APAs Marinhas do Estado de São Paulo”, no valor de R\$ 545.749,58 – Fundação Florestal.

O Diretor Executivo da FF Rodrigo Levkovicz complementou a apresentação do plano de trabalho justificando a readequação do plano de PSA Mar sem Lixo para Programa Mar sem Lixo. A observação de que o PSA, que se achava seria o maior componente do plano, se mostrou de igual ou menor importância do componente de educação ambiental. A FF fez o reordenamento para os quatro eixos estruturantes, sendo a operação dos pontos de recebimento, as atividades de pagamento pelo serviço ambiental, as atividades de educação ambiental e pesquisa além das atividades de parceria. Reforçou que o projeto tem a função de engajamento da sociedade para um problema que é bastante grave, do lixo no mar e tem um componente muito importante



de pesquisa científica, porque possibilita saber de onde está vindo o lixo e quais as empresas contribuem mais para esse resíduo. Com relação ao componente de pagamento por serviço ambiental, percebeu-se que traz um outro viés, a aproximação institucional da Secretaria do Meio Ambiente Infraestrutura e Logística e da Fundação Florestal com os pescadores, que sempre se deu de forma bastante conflituosa. Conclui que o plano tem ganhos muito além do que o pagamento do serviço ambiental em si, tem um papel político institucional e de conscientização da sociedade que ultrapassa o valor do próprio pagamento.

A conselheira Iracy Xavier em sua relatoria destacou o resultado da primeira fase, com 288 atividades educativas, 176 publicações, uma divulgação muito boa desse trabalho. Chamou atenção sobre os pontos de recebimento que foram responsáveis pela mudança do rumo do projeto, destacando a importância desses pontos de recebimento, como encontro, como troca de experiência do pessoal que participa do projeto; também a geração de dados e informações para subsidiar outras pesquisas.

O Coordenador da CCA Jonatas Trindade pediu que fosse comentado sobre os pontos que estão sendo custeados com recursos próprios da FF, em relação à auditoria e geração de relatórios.

A FF respondeu que contratou auditoria da fase um, para verificar se a metodologia de pesagem estava sendo seguida. Informou que não foram verificados desvios. O segundo é mais relacionado ao monitoramento do lixo: o Instituto Oceanográfico elaborou relatórios sobre a origem desse lixo e principalmente, os pontos que foram encontrados e quais as principais empresas fabricantes desses resíduos.

O Coordenador da CCA concluiu que vale procurar as empresas na lógica da discussão da logística reversa, e também uma campanha de educação ambiental no verão. Nesse sentido, solicitou à FF para verificar com a Coordenadoria de Educação Ambiental - CEA, que tem feito enorme esforço tentando buscar patrocínio para somar e ajudar a fazer suas atividades de educação ambiental com as prefeituras do litoral.

DELIBERAÇÃO: Após a apresentação pela Fundação Florestal, a CCA deliberou aprovar o Plano de Trabalho para “Revisão e Expansão do Projeto Mar Sem Lixo nas APAs Marinhas do Estado de São Paulo”, no valor de R\$ 545.749,58, com a sugestão de que seja feita uma campanha com as empresas na questão da logística reversa, bem como que seja verificada com a CEA uma união de esforços para a campanha de educação ambiental no verão.

Os recursos necessários para suprir as atividades desse plano de trabalho serão provenientes do FPBRN.

Relatoria: Iracy Xavier

5. APRESENTAÇÃO DO SISTEMA CCA SIGAM

O Secretário Executivo da CCA, Alexandre Uehara, explicou que o controle da compensação ambiental desde o começo continua sendo feito em planilhas de Excel, e que desde o início até agora cresceu demais. Dessa forma, o Tribunal de Contas do Estado impôs que esse controle passasse a ser feito por um sistema informatizado, para que, além da segurança, dar transparência também. Então foi essa a motivação da implantação desse Sistema. Com a colaboração de todos os usuários desde a Cetesb, a



Fundação Florestal, IPA, a CPP, o departamento financeiro da SEMIL, de todos esses atores que vão utilizar esse sistema, a Fábrica de Software está desenvolvendo o módulo da CCA dentro do SIGAM.

Mayara Nascimento fez a apresentação do módulo da compensação ambiental no SIGAM – Sistema Integrado de Gestão Ambiental, lembrando que o sistema está em desenvolvimento, em torno de 80% produzido, e que a previsão para finalização do projeto é de pelo menos mais 3 a 4 meses.

O Coordenador da CCA, Jônatas Trindade se manifestou dizendo que esse modulo será importante para dar transparência, que é o que vem sendo cobrado, por exemplo, no CONSEMA, e será importante para poder mostrar a relevância e a seriedade trabalho que é conduzido aqui na Câmara.

O Conselheiro Daniel Smolentzov reforçou as palavras do coordenador Jônatas, com relação à importância da questão da transparência, da publicidade, do acesso à informação. Disse que os trabalhos da Câmara de Compensação precisam ficar acessíveis ao público em geral, a quem queira consultar para saber os recursos que recebemos e para onde esses recursos estão sendo destinados, os planos de trabalho, as unidades de conservação, que tipo de destinação tem sido dada para os recursos e o volume financeiro.

O Secretário Executivo da CCA complementou dizendo que o Sistema possibilitará o acompanhamento do recurso da compensação ambiental desde o licenciamento do empreendimento, o depósito deste recurso, para quais planos de trabalho foi destinado e além disso, possibilitará verificar a execução destes planos de trabalho. Agradecendo a todos os envolvidos no processo de construção desse projeto, foi encerrada a Reunião.